

Justiça já determinou o pagamento de reposições salariais aos funcionários públicos por meio dos precatórios. Mas a despesa final que recairá para o governo Lula chegará a R\$ 2,3 bilhões com a inclusão dos trabalhadores terceirizados, segundo decisão do TST

Servidor cobra R\$ 1,3 bilhão

Mariana Ramos
Da equipe do Correio

A lista de rombos que batem à porta do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva inclui até mesmo aliados de primeira hora, como os funcionários públicos. As reivindicações que eles fizeram à Justiça resultaram em precatórios trabalhistas de R\$ 1,3 bilhão. Os precatórios decorrem de ações judiciais que a União perdeu e, agora, devem ser pagas. Para o ano de 2003, estão previstos desembolsos de R\$ 757,6 milhões. Além disso, Lula terá de arcar com uma parte das dívidas que venceram neste ano. É que a União pagou, até agora, 46% dos R\$ 987,6 milhões que deve aos servidores. Se na conta dos precatórios forem incluídas as decisões judiciais em favor de trabalhadores terceirizados, a conta que será passada a Lula sobe para R\$ 2,3 bilhões, segundo o Tribunal Superior Trabalhista (TST).

A maior parte dos precatórios vem de ações de reajustes concedidos a outras categorias e depois estendidas pela Justiça aos demais servidores. Além do dinheiro previsto no Orçamento, ainda há decisões que não entraram no planejamento do próximo ano e só serão pagas em 2004. O Executivo não calculou quanto isso vai custar. Os principais reajustes que renderam ao governo Fernando Hen-

rique Cardoso toneladas de processos por parte dos servidores foram os 28,86% concedidos em 1993 aos militares, os 3,17% também dados aos militares no ano seguinte e os 10,87% da inflação de 1996 repassados a todas as categorias nas respectivas datas-base, menos ao funcionalismo, que não tem data específica para reajustes.

O aumento dado aos militares já foi repassado a alguns servidores que assinaram acordos com o governo federal para receber o dinheiro em 14 parcelas semestrais. "Mas ainda tem os atrasados. A União só começou a pagar em 1998. Ficamos cinco anos sem receber o que nós era devido", diz Luiz Bicalho, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindsep-DF). Segundo ele, muitos funcionários estão ganhando ações na Justiça e ficando com os precatórios na mão. "Há alguns anos, a União costumava pagar os precatórios sem atraso", lembra o advogado trabalhista Roberto Caldas.

Ultimamente, além de adiar o pagamento o máximo possível, o governo não paga. A dívida é inscrita em restos a pagar no Orçamento, pagando quando puder. No Orçamento de 2002, ficaram R\$ 475 milhões do ano anterior. Para zerar os débitos de 2001, o governo teria que desembolsar R\$ 11,7 milhões até o final de dezembro. "O problema é que, no lugar de pagar os trabalhadores,

o governo prefere construir viadutos ou pontes", afirma Nilton Correia, presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat).

Na opinião de Caldas, o Estado tem feito terrorismo econômico nos tribunais querendo passar a imagem de que há dívidas impagáveis. "Essa tática é usada para tentar zerar a dívida e, assim, os trabalhadores se dão mal", defende o advogado. Segundo ele, sai muito barato fazer política pública lesando os servidores. Quando o Estado é acionado na Justiça, demora anos até que o processo chegue na última instância. Quando a União perde a causa e é obrigada a pagar a dívida, os juros são muito baixos, apenas 1% ao mês. Por isso, vale a pena ficar adiando o pagamento.

DÍVIDA EXPLODE

Desde janeiro de 1996, o governo Fernando Henrique vem tirando do armário uma série de esqueletos, todos incorporados à dívida pública. Pelas contas do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, o reconhecimento de dívidas totalizou R\$ 176,6 bilhões, valor atualizado até outubro último. O maior esqueleto foi o da capitalização dos bancos federais, entre eles, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Custou R\$ 46,5 bilhões.

Carlos Moura 30.10.02



FERNANDO HENRIQUE RECONHECEU, DESDE 1996, ESQUELETOS DE R\$ 176 BI

DÍVIDAS QUE FHC RECONHECEU

Socorro aos bancos estaduais (Proes)
R\$ 40,355 BILHÕES

FCVS (casa própria)
R\$ 26,844 BILHÕES

Securitização de dívidas
R\$ 35,089 BILHÕES

Capitalização de bancos federais
R\$ 46,489 BILHÕES

Liquidação de bancos privados (Proer)
R\$ 13,379 BILHÕES

Dívida do INSS junto ao BB
R\$ 5,336 BILHÕES

Socorro aos fundos de pensão
R\$ 9,132 BILHÕES

TOTAL
R\$ 176,623 BILHÕES

(*) Valores atualizados até outubro de 2002

Fonte: Banco Central